

Da Construção do Espaço à Construção do Território

António Pedro Sousa Marques
Professor Auxiliar Convitado
Departamento de Sociologia
Universidade de Évora

RESUMO: O território assume-se como um conceito essencial para as diversas áreas do conhecimento compreenderem as realidades sociais e económicas. Uma das suas maiores contribuições foi a possibilidade criada para se romper com polarizações outrora criadas, entre o rural e o urbano, o espaço agrícola e o espaço industrializado. Para além disso, a economia local adquire uma mais-valia com o conceito, na medida em que adquire uma maior visibilidade quando estão em causa a aplicabilidade e os efeitos das políticas públicas.

ABSTRACT: The territory constitutes a key concept for understanding the social and economic realities in the various areas of knowledge. One of its greatest contributions has created the possibility to break with polarization once created, between the rural and urban, agricultural areas and industrial space. In addition, the local economy acquires an added value with the concept, in that it acquires a higher profile when they are concerned the applicability and effects of public policies. The territory is assumed as an essential concept in the various areas of knowledge for understanding the social and economic realities. One of its greatest contributions was creating the possibility to break with past dichotomies between rural and urban regions, and agricultural land and industrial space. In addition, the local economy acquires an asset with the concept, as it acquires a higher profile when they are concerned the applicability and effects of public policies.

Introdução

As Ciências Sociais nem sempre consideraram o território como uma variável necessária para a compreensão das realidades sociais e económicas. Dir-se-ia que, nos primórdios, as Ciências Sociais começaram por ignorá-lo ¹.

Recentemente, as diversas áreas do conhecimento adoptaram o *território* como conceito essencial nas suas análises.

Com a construção do conceito de *território* tornou-se possível sair da polarização que existia anteriormente, ou seja, entre o rural e o urbano, o espaço agrícola e o espaço industrial. Para além deste aspecto, do ponto de vista das políticas públicas, torna-se mais fácil conferir maior visibilidade às economias locais.

No entanto, o conceito de *território* é utilizado como uma das dimensões das relações sociais, enquanto na verdade, o *território* é multidimensional, constituindo-se numa totalidade.

Muitos sociólogos trabalham ainda, de modo indistinto, com os conceitos de *espaço* e de *território* a partir de uma visão unidimensional, muitas vezes importada de outras áreas do conhecimento.

O conceito de espaço

Partindo da definição extremamente ampla proposta por Henri Lefebvre de que o *espaço social* é a materialização da existência humana, ² chega-se à noção que esse mesmo *espaço* constitui uma dimensão da realidade.

Esta amplitude conceptual potencializa um conjunto de utilizações distintas do *espaço* de que são exemplos os espaços políticos, os espaços culturais, os espaços económicos e os ciberespaços.

Sendo parte da realidade, o *espaço* é detentor de um carácter multidimensional.

Mas para se proceder à sua análise conceptual torna-se necessário defini-lo como sendo detentor de:

composicionalidade, ou seja, o espaço compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o constituem. Este sincronismo expressa as propriedades do espaço é simultaneamente: produto e produtor, movimento e imutabilidade, processo e resultado, lugar de partida e de chegada;

completude, isto é, o espaço possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo apenas parte. O espaço pode conter elementos da natureza, mas também é formado pelas diversas dimensões sociais resultantes das relações que os sujeitos estabelecem

1 - Cf. REIS, José (2005a) - *Uma Epistemologia do Território*, Coimbra, Oficina do CES, p. 1

2 - Cf. LEFEBVRE, Henri (1991) - *Production of Space*, Cambridge, Blackwell Publishers, p. 102

entre si, aos níveis da cultura, da política ou da economia. Por outro lado, os sujeitos são produtores de espaços ao estabelecerem relações diversas, sendo produtos dessa multidimensionalidade.

O espaço contém todos os tipos de espaços sociais que resultam das relações entre os sujeitos, e entre estes e a natureza, transformando assim esse espaço, alterando as paisagens, construindo territórios, regiões e lugares. A *complementaridade* é a qualidade pela qual o espaço social complementa o espaço envolvente (espaço natural, espaço geográfico).³

As qualidades que o *espaço* possui são um autêntico desafio aos sujeitos que nele vivem, no sentido da procura sobre a compreensão dos mesmos. Daí que o *espaço* seja *multidimensional*, pluriescalar ou multiescalar, num processo activo de complementaridade, de conflitualidade e de interacção.

Não são raras as vezes em que estudos de análise espacial, sobre as relações sociais ou outras, procedem a *leituras* e desenvolvem *acções intencionais* que fragmentam o *espaço*.

Este procedimento só pode resultar em análises parciais e incompletas, uma vez que restringem as qualidades que compõem e completam o *espaço*.

O *espaço* apresenta-se como um conjunto indivisível de sistemas de objectos e sistemas de acções, os quais não podem ser considerados de modo isolado. Deve, antes de mais, ser considerado como um quadro único de análise onde se produz a acção histórica.

As relações sociais, ao apresentarem-se predominantemente produtoras de espaços fragmentados, dicotomizados, unos ou fraccionados, produzem também espaços conflituais.

Desta produção fragmentada ou fraccionada de espaços resulta um conjunto de *intencionalidades* que se produzem ao nível das relações sociais. São estas relações as responsáveis pela determinação dos tipos de *leitura* e de *acção intencional*, que esboçam a totalidade como se de uma parte se tratasse, ou seja, o *espaço* na sua qualidade completa, é apresentado como um fragmento ou como uma fracção.

Esta decisão é uma *acção intencional* que vai interagir com uma *acção receptiva*, dando lugar à representação do espaço como fragmento ou fracção.

Constitui-se, portanto, numa forma de *poder*, que mantém a representação materializada e/ou imaterializada do espaço, e que é determinada pela *intencionalidade* e sustentada pela *receptividade*.

3 -Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano (2005) - "Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais - contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais" OSAL, Buenos Aires, Ano VI, n.º 16 [Janeiro-Abril 2005], p. 274

Sem este tipo de relação social o *espaço* como fracção não se sustenta.

A *intencionalidade* pode ser definida como um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo um sujeito utiliza para se poder realizar, ou seja, para se materializar no espaço, como definiu Henri Lefebvre.

Portanto, a *intencionalidade* não é mais do que *uma visão do mundo*, ampla e una, que assume sempre uma forma, um modo de ser e de existir.

É dentro desta lógica que se cria uma identidade. Torna-se imperiosa a sua delimitação espacial para que seja possível a sua diferenciação e possa ser identificada.

Constrói-se ,então, uma leitura parcial do *espaço* que é apresentada como totalidade, dando origem às leituras etnocêntricas, uma vez que todos os povos e comunidades se sentem no centro do universo. A parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte.

O *espaço* passa agora a ser compreendido de acordo com a *intencionalidade* da relação social que o criou, daí a sua redução a uma mera representação unidimensional e a visão parcial que o criou irá ser expandida, como representação da multidimensionalidade.

A relação social na sua *intencionalidade* cria uma determinada leitura do *espaço* que, de acordo com o campo de forças em presença, pode ser dominante ou não. Através deste processo, criam-se as diferentes leituras socioespaciais.⁴

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e/ou social específico: o *território*. O *território* é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de *poder*. Esse *poder*, já foi referido anteriormente, é dado pela *receptividade*.

Por outro lado, o *território* é simultaneamente uma convenção e uma confrontação. E pelo facto de possuir limites e fronteiras, torna-se num espaço de conflitualidades.

Os *territórios* formam-se no *espaço* geográfico a partir de diferentes relações sociais. O *território* pode ser definido como uma fracção do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais ou imateriais.

O *território* como um *espaço* geográfico, tal qual a região ou lugar, é detentor das qualidades *composicionais e completivas* dos *espaços*.

Partindo deste princípio, é essencial fazer sobressair a ideia de que o *território* imaterial é também um espaço político, ou seja um espaço abstracto. A sua configuração enquanto *território* refere-se às dimensões de *poder* e *controle social* que lhes são intrínsecas. E mesmo sendo uma fracção do espaço, o *território* também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam, nas partes, as mesmas características da totalidade.

4 - *idem*, p. 276

Se definirmos o *território* como um agregado de sistemas de acções e sistemas de objectos poderá significar que *espaço* e *território*, embora diferentes, são o mesmo.

Será pacífico afirmar-se, então, que todo o *território* é um *espaço* (nem sempre geográfico, podendo assumir configurações sociais, políticas, culturais, cibernéticas, etc.). Por outro lado, é também evidente que nem sempre e nem todo o *espaço* é um *território*.

Os *territórios* movimentam-se e fixam-se sobre o espaço geográfico. O *espaço* geográfico de uma nação é o seu *território*. E no interior deste *espaço* há geralmente uma multiplicidade de *territórios*.

São as relações sociais que transformam o *espaço* em *território* e vice-versa, no entanto, o *espaço* é um *a priori* ao passo que o *território* se caracteriza por ser um *a posteriori*.

Além disso, o *espaço* é perene e o *território* é intermitente. Da mesma forma que o *espaço* e o *território* são fundamentais para que as relações sociais possam efectivar-se, estas produzem, de modo contínuo, novos espaços e novos *territórios* de contornos contraditórios, interdependentes e conflituosos. Esses vínculos são indissociáveis.

O conceito de Território

O actual debate sociológico sobre o *território* tem revelado a existência de uma amálgama de opiniões e de pontos de vista díspares. Se por um lado existem aqueles que teimam em perceber o *território* com uma configuração estática, há outros que chamam insistentemente a atenção para a realidade complexa e dinâmica, e em permanente mutação, que os *territórios* apresentam e que, em sua opinião, mais não são do que o reflexo das dinâmicas físicas, socio-económicas e culturais do contexto local⁵.

A própria noção de *território* convida-nos ao debate, uma vez que amplia o nosso olhar e diversifica as possibilidades de compreender, de sistematizar e de alterar a realidade complexa.

Por outro lado, o *território* é uma referência globalizante, ou seja, é algo que está a ser construído simultaneamente com o conceito de globalização, denotando-se, por vezes, uma certa oposição face a este conceito, sobretudo pelas possibilidades que oferece, em reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais e assim enfrentar o desejo uniforme da ideia de globalização.

Por outro, a ideia de *território* pode oferecer a possibilidade de inclusão do parti-

5 - Cf. GEHLEN, Ivaldo; RIELLA Alberto (2004) - "Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável", *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, Jan/Jun 2004, p. 20

cular no global, através das oportunidades de desenvolvimento e de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade.

O *território* constituído como *espaço social* produzido e delimitado por uma fronteira que o ordena, é construído como representação: tanto pode ser uma ferramenta, como um recurso para o desenvolvimento económico e social.

Nesta perspectiva, incluem-se no processo de planeamento as diferentes dimensões do *território*, pondo em evidência a sua complexidade.

Todo o conjunto é afectado e, simultaneamente, apontam-se as especificidades e as particularidades internas às delimitações da sociedade global, as quais interagem nos processos de construção identitárias sócio-económico-culturais que atribuem sentido ao local.

O olhar holístico que aponta para a incorporação de recursos específicos propicia a invenção de alternativas de competitividade dos produtos que são gerados no interior de um *território*, vantagem essa que é partilhada colectivamente.

Entretanto lançam-se desafios à acção colectiva para que esta passe a gerir a apropriação, que é compartilhada, dos benefícios retirados da competitividade.

Estes desafios podem ser alcançados através de processos de negociação de conflitos, de regras comuns e da tomada de decisões colectivas.

Este processo é ainda responsável pela construção do património sócio-cultural baseado na tradição histórica local, ao mesmo tempo que possibilita apontar alternativas inovadoras. Aos poucos, sedimenta uma memória colectiva, re-articulando os saberes e as relações com o meio natural e com o património material e simbólico, desencadeando processos que conduzem à construção da cidadania.

O conceito de *território* é detentor da noção de património sócio-cultural e reclama a necessidade de mobilização dos recursos e das competências, atribuindo responsabilidades sociais, através de processos participativos.

Deste modo, a mobilização do património local induz à re-dinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos (materiais e não materiais) e dos produtos locais, como componentes do património sócio-cultural colectivo.

Não estamos perante uma situação em que se procura integrar de forma positiva os conhecimentos científicos e técnicos nos sistemas cognitivos e de agir de forma solidária, mas de estabelecer uma relação de cooperação e de negociação do conflito, para que as normas e os códigos de conduta sejam subjectivados no sistema de representações para que constituam parte da identidade social.

O conceito de *território*, que entretanto foi adquirindo forma, pode ser definido como um espaço socialmente construído, possuidor de recursos naturais e detentor

de uma história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais que lhes conferem expressão, e de formas sociais de organização da produção.

Como espaço social, o *território* é um campo de forças políticas conflituosas, com estruturas de *poder* e dominação. Assim, o *território* é simultaneamente um lugar de produção de bens e de acumulação de capital e um lugar de construção de acordos institucionais do poder instituído, em constante mutação e que abriga conflitos de interesses e formas de acção colectiva e de coordenação.

As formas de acção colectiva são territorializadas, pois não ocorrem no espaço abstracto, mas sim no espaço socialmente construído.

Sociologia do Território - Novos olhares sobre velhas e novas questões: a análise dos territórios em mutação

A Sociologia, ao apropriar-se do conceito de *território*, tenta resolver um conjunto de questões com que a Sociologia Urbana e a Sociologia Rural se confrontavam e para os quais as teorias por si construídas deixavam muitas perguntas sem resposta. Daí que o uso do conceito de *território* tenha vindo, há mais de uma década, a obrigar à realização de um conjunto de reflexões em torno dos conceitos de *rural* e de *urbano*, ao mesmo tempo que nos leva a interrogar sobre os seus *objectos específicos* de análise.

A leitura sociológica que predominantemente marcou, nos últimos anos, a análise sobre espaço social rural português - nas suas dimensões de investigação e de institucionalização académica, sob a forma de Sociologia Rural - caracterizou-se por ser tributária do paradigma de análise dominante em voga nos anos setenta do século vinte.⁶

Esse paradigma, incorporava um conjunto de problemáticas e de preocupações intrinsecamente relacionadas com a natureza das transformações verificadas pela agricultura e pelos espaços rurais nas sociedades *mais avançadas* da Europa. Assim, as teorias desenvolvidas estavam, todas elas, viradas para a explicação da sobrevivência do campesinato⁷ e as articulações entre a denominada economia camponesa e a sociedade global.⁸

6 - Cf. REIS, Manuela; LIMA, Aida Valadas de (1998) - "Desenvolvimento, Território e Ambiente" in VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino (Org.) (1998) - *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta, p. 341

7 - No quadro da análise marxista das classes sociais, o campesinato é considerado uma classe social especificamente não-capitalista, isto porque a sua origem remonta ao período medieval.

8 - Cf. REIS, Manuela; LIMA, Aida Valadas de (1998) - *Op.cit.*, p. 341

Hoje, é possível verificar que este paradigma se encontrava tendencialmente enviesado no que se refere ao tipo de análises teóricas que produziu, isto porque:

relegou para um lugar de destaque, senão mesmo para um lugar exclusivo de análise, o campesinato e a pequena agricultura familiar, deixando o conhecimento sobre os assalariados agrícolas e as especificidades relacionadas com o sistema latifundista para um lugar subalterno, senão mesmo marginal;

a articulação rural-urbano, utilizada para analisar os processos de desenvolvimento e de mudança social, era baseada em teorias dicotómicas, onde o espaço rural se subordinava (e também se subalternizava) ao espaço urbano, através do que ficou denominado por *submissão formal* da agricultura camponesa aos sectores de produção especificamente capitalistas.⁹

Por outro lado, o paradigma ao aceitar a tese da *autonomia relativa do espaço rural* abria a possibilidade de se proceder a análises sobre os próprios equilíbrios e sobre os mecanismos de reprodução internos.¹⁰

Se, uma das mais importantes heranças que o modelo teórico em análise possibilitou, foi a restituição parcial do processo de desenvolvimento industrial, centrado nos espaços urbanos dos países mais *desenvolvidos* e dos mais periféricos da Europa, conseguiu produzir uma fundamentação teórica e uma metodologia crítica muito consistente do modelo *empirista-localista* que condicionou muitos dos estudos sobre as comunidades rurais.

A pior herança, se nos for assim permitida a classificação, prende-se com o facto desse mesmo modelo ter *limitado* as abordagens teóricas a outras dinâmicas do espaço rural, nomeadamente aquelas que se referem ao sul da Europa, onde esse mesmo espaço rural se apresenta regionalmente mais diferenciado e que nem sempre se assumiu como um espaço social passivo face aos processos de mudança.¹¹

O impacto empírico verificado a partir deste modelo, traduziu-se num conjunto de processos e de estratégias, de inovação e de reconversão económica, submetidas às lógicas urbano-industriais e ignorando os factores intrínsecos aos contextos locais onde se encontravam integrados.

As lógicas e as próprias experiências de industrialização, que emergiram de forma difusa nalguns países do sul da Europa, nomeadamente em espaços rurais e noutros tradicionalmente marginalizados, abriram o caminho que tendem para o incremento de processos de desenvolvimento, assentes nos recursos e nas complementaridades dos locais, e que evoluiu de um modo relativamente autónomo face ao modelo domi-

9 - *idem*

10 - *idem*, p. 342

11 - *idem*

nante de desenvolvimento, muitas das vezes denominado por *fordista*, que marcou o pós-guerra.

A partir do momento em que se passou a reflectir sobre as dinâmicas de reanimação local dos espaços sociais anteriormente considerados como irrelevantes, senão mesmo *invisíveis*, face às perspectivas de reflexão de teorias macroeconómicas e macro-sociológicas, *obrigou* a que se procedesse a profundas reconceptualizações nos vários campos de análise. Destas sobressaem aquelas que se preocupam, simultaneamente, com os aspectos inteligíveis face às novas interdependências espaciais e territoriais, e com a promoção da reabilitação dos estudos locais e da análise dos fenómenos sociais.

O conceito de *rural* tende a ganhar novos contornos como consequência das transformações que têm tido lugar nos vários territórios. Talvez já não se possa falar de uma *especificidade do espaço social rural*, uma vez que essa mesma especificidade desapareceu devido ao avanço das lógicas que presidem ao modo de produção capitalista nos campos.¹²

Por outro lado, o rural tende a distanciar-se cada vez mais de uma concepção sectorial que assentava tradicionalmente nas actividades agrícolas.

A primeira interrogação que surge quando se pretende reflectir sobre as mudanças verificadas nesse espaço social, prende-se com o aspecto meramente ideológico que vem defendendo que o espaço rural não é mais do que o prolongamento expectante do espaço urbano; então é legítimo que nos interroguemos: será que o *rural* poderá ser entendido como um *continuum* do urbano? Ou será que o espaço rural poderá ser compreendido recorrendo à dicotomia *rural e urbano*?

O que se tem vindo a verificar é um incremento da penetração das actividades industriais na agricultura, a ponto de não se poderem diferenciar os sectores de fornecimento ou de compra de produtos.

Devido à forte influência das actividades urbanas que penetram no espaço rural, assiste-se a processos diferenciados de *urbanização dos campos*.

Todavia, esta situação não deve ser vista como um determinismo, ao qual o espaço rural se encontra irremediavelmente condenado.

Outro tipo de modificação verificada nos espaços rurais relaciona-se com as alterações nas formas de trabalho, comprovando-se a emergência de profissões diferenciadas no meio rural que eram, anteriormente, exclusivamente urbanas.

Como ocupações não agrícolas, podem-se destacar profissões como administradores, secretárias, mecânicos, motoristas ou operadores de informática.

12 - Cf. FREITAS, Eduardo de, ALMEIDA, João Ferreira de, CABRAL, Manuel Villaverde (1976) - *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura, estruturas agrárias em Portugal continental. 1950-1970*, Lisboa., Editorial Presença

O que sobressai destas alterações é o facto de nestas profissões, além de serem diferenciadas para o meio, os profissionais passarem a ocupar postos de trabalho em empresas que não estão ligadas somente ao ramo das agro-indústrias, mas a outras empresas que, por razões diversas, se estabeleceram neste ambiente.

Entretanto, presencia-se a proliferação de lugares ou quintas projectadas para actividades de lazer destinadas à *classe média urbana*, e acessivelmente localizados em relação aos grandes centros urbanos, e que possuem actividades diversificadas como a apicultura, a criação de peixes, de aves e outros pequenos animais, ou a produção de chás, de flores, de plantas ornamentais, de frutas e hortaliças, assim como actividades de recreio e de turismo (como o turismo de habitação, o agro-turismo ou o turismo rural), e que apresentam um *impacto positivo* na preservação e conservação da paisagem, ao mesmo tempo que viabilizam economicamente espaços condenados ao despovoamento.

Estes estabelecimentos, para além de proporcionarem uma alternativa de rendimento diferenciado para os trabalhadores agrícolas, propiciam que esses mesmos trabalhadores se tornem caseiros ou até jardineiros, contribuem, ainda, para eliminar as culturas extensivas que se encontram nos arredores das cidades, libertando-as da dependência dos agro-químicos e da maquinaria pesada que normalmente se encontram associados a este tipo de culturas.¹³

A interrogação anteriormente estabelecida possibilita que se proceda a um outro tipo de reflexão.

Hoje parece ser pacífica a aceitação do facto de existir uma grande aproximação entre os ambientes culturais urbanos e rurais.

No entanto, esta integração não leva, necessariamente, a uma mudança generalizada da identidade local dos habitantes rurais, contrariamente ao que se poderia supor.

O maior contacto, como aquele que ocorre actualmente, pode até proporcionar um efeito contrário.

Assim, ao invés de se dar uma homogeneização cultural, que descaracterizaria as identidades sócio-culturais dos sujeitos, a aproximação realçaria as especificidades do rural, na medida em que se produziria uma reestruturação das identidades e, simultaneamente, se verificaria um fortalecimento da ruralidade.¹⁴

Dado o entrosamento de culturas, torna-se necessária alguma prudência com o uso de determinados resultados o que, muito evidentemente, pode apontar para uma

13 - Cf. BLUME, Roni (2004) - *Território e Ruralidade - a desmistificação do fim do rural*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Ciências Económicas, p. 38

14 - *idem*, p. 40

reestruturação das identidades e das *culturas rurais* atribuindo-lhes valores e padrões tidos como urbanos.

E esta prudência não é de todo descabida se tomarmos em consideração a propagação da *cultura rural* nas grandes áreas urbanas.

Perante esta clara *invasão do rural no espaço urbano*, coloca-se obviamente em causa os pressupostos dos que defendem o fim do *rural*.

E esta questão leva a uma outra interrogação. A fronteira entre o *rural* e o *urbano* não estará a ser derrubada pelo lado contrário?

Este facto indicia, de forma indiscutível, que a fronteira entre o *rural* e o *urbano* não é rígida, encontrando-se muitas das vezes de forma dissimulada. Daqui emergem a necessidade e a importância da análise do local.

Todavia, a noção de local não reduz o *espaço* a uma simples base física.

Esta noção torna-se útil como uma referência para um conjunto de relações sociais diversificadas que podem estar diluídas tanto no ambiente *rural* como no *urbano*, reduzindo, desta forma, a necessidade de distinção entre os ambientes.

Perante esta diversidade, os valores culturais são incorporados por novos hábitos e técnicas, o que contribui para que se torne difícil a determinação da unicidade no sentido das modificações e de se proceder com rigor à identificação de determinada preponderância de certos valores culturais considerados como hegemónicos.¹⁵

A solução a adoptar para este tipo de análise parece ser aquela que Pierre Bourdieu propunha para a leitura do *rural* como uma *categoria social realizada*.¹⁶

A partir desta proposta, desenvolver-se-ia um conjunto de possibilidades para observar as relações sociais ao nível local, tornando-se possível a agregação ao *rural* das categorias simbólicas que foram sendo construídas a partir de universos culturais diversos.

Estas categoriais tendem a orientar o sentido das análises para os sujeitos do processo e não apenas para o *espaço*.

Serão os sujeitos que irão manifestar o seu vínculo com o local, através das suas práticas, independentemente de estarem ou não fisicamente no local definido como o de origem.

Torna-se, contudo, pertinente averiguar se, ao centrar os estudos nos aspectos simbólicos do *rural*, tendo o local como escala de análise, não se estaria a limitar a abordagem a outras escalas analíticas, e que são, por seu turno, influentes na escala local.

15 - *idem*, p.41

16 - Cf. BOURDIEU, Pierre (1993) - "A propos de la famille comme catégorie réalisée" *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 100, Dezembro de 1993. pp. 32-36.

Neste sentido, mais do que precisar as fronteiras entre o *rural* e o *urbano* ou evidenciar as diferenças culturais nas representações sociais, há que verificar a qualidade do conjunto das relações que as práticas sociais estabelecem sobre o *espaço*, sobre o local de análise, sendo que as práticas podem até mesmo ampliar a rede de relações sociais, sem que no entanto proporcionem uma homogeneidade social. Para que isto ocorra, as identidades devem estar ancoradas ao sentimento de pertença a um determinado local, criando uma consciência de si na relação que estabelece com o outro.¹⁷

A proposta que sugere o estudo do *rural* a partir de uma abordagem territorial é deveras inovadora.

Parte-se do princípio que o *território* pode substituir com vantagens acrescidas, as ambiguidades originárias das perspectivas dicotómicas ou das perspectivas que consideram o *rural* como um *continuum* do *urbano*, na medida em que remete o debate para questões mais inteligíveis, não se preocupando em precisar as características que outros consideraram como determinantes, de um ou outro espaço.

Acredita-se que a abordagem territorial para o *rural* pode proporcionar uma valorização de dimensões analíticas importantes como os fundamentos ecológicos e económicos que se encontram inscritas neste espaço.

Será, de todo errado, abordar as relações entre a cidade e o campo, nos termos em que usualmente se desenrola o debate sociológico, ou seja, *dicotomia* × *continuum*.

E é de todo errado, pelo facto de existirem as denominadas *twilight zones*, ou sejam, espaços que pelo aumento da densidade demográfica, já não são rurais mas ainda não são urbanos, sem que, contudo, tal venha a significar que a contradição material e também histórica entre o fenómeno urbano e o fenómeno rural esteja a desaparecer.

Urge então saber quais os impactos que a tendência da diferenciação espacial pode alcançar na questão do desenvolvimento local, uma que é usual aliar as questões do desenvolvimento com os processos de urbanização.

Todavia, é possível que um determinado *espaço rural* se desenvolva sem ter a necessidade de se tornar não-rural.

A verificar-se esta situação, dar-se-ia como que um corte epistemológico com a perspectiva do *espaço rural* como *continuum* do *espaço urbano*, havendo lugar ao questionamento da tese que advoga que o desaparecimento do *rural* se torna irreversível face ao avanço da urbanização.

17 - Cf. BLUME, Roni (2004) - *Op.cit.* p. 42

Conclusão

Os estudos a empreender devem incorporar as novas perspectivas de análise, já que para estas, torna-se fundamental a valorização da questão espacial, que assume um lugar de destaque nesses estudos.

Desta forma, a abordagem territorial que é possuidora de um enfoque que valoriza as dimensões espaciais numa forma diferenciada para análise do rural, tornou-se a mais inteligível uma vez que os conceitos de *espaço* e de *território* não se restringem, apenas e só, às dimensões local, regional, nacional ou até mesmo continental, como podem referenciar, de forma simultânea, a todas essas dimensões, o que se traduz numa mais valia para a análise.

Contudo será pertinente proceder-se à verificação de prováveis impedimentos de índole teórico-conceptual, que reduziram o uso do *território* a uma mera abordagem explicativa, para que se possa realizar o pressuposto da abordagem territorial.

Será que o território é suficientemente inteligível na discussão sobre o *rural* e a *ruralidade*? Ou será que a essa abordagem, nos termos é que é proposta, só irá valorizar uma das dimensões explicativas, a explicação normativa?

Ao chamar o *território* à discussão, *i.e.*, para as questões sobre o *rural* e a *ruralidade*, contribui-se para que o debate passe a assumir um caminho especializado, pois dá-se a sua distanciação das vertentes clássicas das Ciências Sociais, configurando-se, deste modo, um novo momento para se produzirem novas reflexões.

Esta renovação teórica, tem vindo a apelar à convocação de novas abordagens sobre a fronteira do *rural* e do *urbano*. Todavia, a sua reformulação está longe de reunir a fundamentação teórica indispensável à credibilidade e adesão da comunidade científica. Tem, por outro lado, vindo a introduzir, de forma sistemática, um conjunto de orientações e de perspectivas de análise, sobretudo, quando focalizam a sua atenção nos processos endógenos - quer se tratem de transformações, ou de iniciativas de base local - e que são concernentes a contextos e a estratégias regionais, ao mesmo tempo que têm proporcionado para que se verifique a emergência de novos princípios a introduzir nas teorias de análise do desenvolvimento local.

Bibliografia Consultada

BLUME, Roni (2004) - *Território e Ruralidade - a desmistificação do fim do rural*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Ciências Económicas

BOURDIEU, Pierre (1993) - "A propos de la famille comme catégorie réalisée" *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 100, Dezembro de 1993

- FERNANDES, Bernardo Mançano (2005) - “Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais - contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais” *OSAL*, Buenos Aires, Ano VI, n.º 16 [Janeiro-Abril 2005]
- FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, João Ferreira de; CABRAL, Manuel Villaverde (1976) - *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura, estruturas agrárias em Portugal continental. 1950-1970*, Lisboa, Editorial Presença
- GEHLEN, Ivaldo; RIELLA Alberto (2004) - “Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável”, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n.º 11, Jan/Jun 2004
- LEFEBVRE, Henri (1991) - *Production of Space*, Cambridge, Blackwell Publishers
- MARQUES, António Pedro Sousa (2006) - *Actores, Estratégias e Desenvolvimento Local - conflitos e consensos no município de Palmela no limiar do século XX*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Évora, Universidade de Évora
- MELA, Alfredo (1992) - “Sociologie du Territoire: alternatives au postmodernisme”, *Flux*, n.º 8, Junho de 1992, pp. 5-15
- MELA, Alfredo (1999) - *A Sociologia das Cidades*, Lisboa, Editorial Estampa
- REIS, José (2005) - *Uma Epistemologia do Território*, Coimbra, Oficina do CES
- REIS, Manuela; LIMA, Aida Valadas de (1998) - “Desenvolvimento, Território e Ambiente” in VIEGAS, José Manuel Leite; COSTA, António Firmino (Org.) (1998) - *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta